

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasil

Class.: 11

Data: 09/08/91

Pg.: _____

Possuelo acusa tráfico de usar índio

BRASÍLIA — O narcotráfico em Rondônia já está atingindo até as populações indígenas, que são utilizadas para transporte da pasta em troca de dinheiro ou mercadorias de consumo. A informação foi dada ontem na CPI da Internacionalização da Amazônia, pelo presidente da Funai, Sidney Possuelo. Segundo o indigenista, este fato já foi constatado por agentes da Funai em Cacoal, cidade do deputado federal Jabes Rabelo, especialmente na tribo de índios suruis. "Trata-se de um problema grave, pois percebemos que os traficantes se servem dos índios para burlar a polícia", comentou.

Possuelo, em seu depoimento à CPI, criticou o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, defensor da redução das áreas reservadas aos índios em toda a Amazônia legal. Em entrevista à revista *Veja*, Mestrinho avaliou como exagerada a atual cessão de 900 hectares para cada índio na região. "Nos Estados Unidos, o governo americano estabeleceu 28 hectares por capita; eu avalio que o ideal seriam 100 hectares por índio", afirmou Mestrinho. "Essa proposta é uma brincadeira", comentou o presidente da Funai. "Não podemos dar lotes a esmo ao índio, pois estaríamos interferindo em sua história cultural, muito ligada à região onde reside", disse.

Possuelo afastou a possibilidade de a Amazônia ser invadida irregularmente por representantes de países desenvolvidos, como suspeitou recentemente o chefe do Comando Militar da Amazônia, general Antenor Santa Cruz. "Não está havendo um processo perigoso de internacionalização da região. Esta preocupação generalizada, atualmente heira a paranoia", disse. Sobre a população ianomâni, constantemente assediada pela presença de garimpeiros em suas áreas reservadas, Possuelo afirmou que a Operação Selva Livre, realizada pela Polícia Federal e Forças Armadas, vem garantido paz temporária àquele povo indígena. "O trabalho conjunto da PF e do Exército vem preservando os ianomânis dos garimpeiros e dos exploradores de minerais", disse.



Antonio e Moisés disseram ao subprocurador que Funai e DPF são coniventes com invasão

Tribo acusa invasores e madeireiros

A Procuradoria Geral da República vai abrir inquérito para apurar a invasão de terras, exploração de madeiras e o tráfico de cocaína em terras indígenas, denunciados ontem pelos índios Antônio Pianko e seu filho Moisés, líderes da tribo Ashaninka, que ocupa 91 mil hectares no Acre, na divisa com o Peru.

Antônio e Moisés Pianko disseram ao procurador Oswaldo José Barbosa Filho que os agentes da Polícia Federal e os funcionários da Funai na região se colocam sempre ao lado dos posseiros e dos madeireiros, chegando até a proibir os índios de se reunirem para discutir os problemas causados pelos invasores. "Eles falam que a gente não pode se reunir, que a gente não pode criar problema para os brancos, porque eles têm os mesmos direitos", reclamou Moisés Pianko.

Acompanhados pela antropóloga Margarete Kitaka Mendes, os índios disseram que alguns posseiros, principalmente um de nome Nanci Freitas, estão usando suas terras para traficar cocaína do Peru. Contaram também ter sido convidados por Nanci, várias vezes, para plantar coca, que seria usada para o

fabrico da cocaína. Cada família de índios ashaninkas — são 300 no Brasil e 30 mil no Peru — tem alguns pés de coca, que tradicionalmente usam para mascar. Informaram também que a Polícia Federal já apreendeu 60 quilos de pó, quando se comprovou o envolvimento de Nanci Freitas.

Os líderes indígenas denunciaram também a presença de duas madeireiras (Correia e Irmãos Ltda. e Cameli e Filhos Ltda.) na reserva. Além do desmatamento no Brasil, as madeireiras estariam também invadindo o território peruano para tirar madeira nobre. "Os momentos mais críticos na relação entre os ashaninkas e os posseiros se deram após a invasão da área do Rio Amônia pela madeireira Cameli & Filhos, inclusive com a utilização de tratores de esteira", dizem os ashaninkas em carta aberta às autoridades. Acusam também a presença de peruanos. "Eles circulam livremente pelo nosso território, desrespeitando e desafiando nossos direitos e nossas decisões", dizem os índios, em documento entregue à Procuradoria Geral.

Eles acusam os posseiros, ainda, de estarem acabando com a caça na região, usando cachorros na matança de animais

selvagens para vender. Os Pianko dizem que já estão cansados de pedir providências às autoridades, especialmente à Funai que, segundo eles, nada fez.

Os índios querem a saída dos brancos de suas terras — são 12 famílias com 45 adultos — e a demarcação da reserva. Diante da alegação da Funai de que não há dinheiro para indenização dos posseiros, pedem autorização para vender a madeira apreendida e, com o dinheiro apurado, pagar aos invasores para deixarem suas terras.

Moisés Pianko disse que ele, seu pai e a antropóloga Margarete Kitaka foram ameaçados de morte várias vezes. "Eles dizem que nós somos muito novos para morrer", lembrou Moisés, que ouviu de um posseiro, noutra ocasião: "O que ela (Margarete) quer é uma bala na testa".

O procurador Oswaldo José Barbosa Filho, além do inquérito civil, vai pedir a demarcação das terras dos ashaninkas e, também, uma ação mais energética da Polícia Federal no combate ao narcotráfico. A Procuradoria Geral da República enviará um representante à área dos ashaninkas, acompanhado de agentes da Polícia Federal e de funcionários da Funai.